



**MINISTÉRIO DA CULTURA  
GABINETE  
SAV/GAB/SAV/GM/MinC**

Site: - <http://www.cultura.gov.br>

**Ata da Terceira Reunião Ordinária do Conselho Superior do Cinema**

**Biênio 2023-2025**

**1. Identificação da reunião**

Data da reunião: 26/04/2024	Horário: 14h às 18h.	Local: Videoconferência (Teams)
Coordenador da reunião: Secretária Joelma Gonzaga		Telefone:
Pauta:  - Apresentação das propostas de grupos de trabalho  - Deliberação sobre grupos de trabalho  - Debate sobre a distribuição da CONDECINE  - Apresentação sobre o audiovisual na 4ª CNC.		

**2. Tópicos discutidos**

No dia vinte e seis de abril de dois mil e vinte e quatro, no período das quatorze às dezoito horas, por videoconferência, foi realizada a terceira reunião ordinária do Conselho Superior do Cinema (período 2023/2025). Participaram da reunião a **Presidente do Conselho, Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes**, a Secretária do Audiovisual, **Joelma Gonzaga**, os Conselheiros: **Alfredo Manevy, Aleteia Selonk, Cíntia Bittar, Cícero Aragon, Clemilson Farias, Débora Ivanov, Fernando Aberto Magalhães, Jack Jonathan de Melo Silva, Jaqueline Souza, Jussara Locatelli, Gabriel Pires, Gustavo Steinberg, Leonardo Jasmin Edde, Luiza da Luz Lins, Marcio Alcaro Fraccaroli, Marcos Rocha Magalhães Barros, Mariza Leão, Mauro Garcia, Paula Alessandra de Oliveira Gomes, Rodolfo Fernandes de Souza Salema, Rosana dos Santos Alcântara, Tatiana Alves de Carvalho Costa, Vânia Alves Smith Lima, Guilherme Macedo** (Casa Civil da Presidência da República), **Jackson Raymundo** (Ministério da Educação), **Heber Trigueiro** (Ministério da Fazenda), **Tawfic Awwad Junior** (Ministério das Comunicações). Participaram ainda: **Alex Braga** (Diretor-Presidente da ANCINE), **Vinícius Clay** (Diretor da ANCINE), **Paulo Alcoforado** (Diretor da ANCINE), **Thiago Mafra** (Diretor da ANCINE), **Daniela Fernandes** (Diretora de Preservação e Difusão Audiovisual - SAV), **Laura Oliveira Malagoni Cavalcante** (Tribunal de Contas da União),

**Antonia Soares Pellegrino** (EBC), **Eduardo de Araujo Nepomuceno** (representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública), **Elton Medeiros** (Gabinete da Ministra - MinC), **Thiago Moreira dos Santos** - Chefe de Gabinete (SAv), **Roberta Góes** (SAv) e **Milena evangelista** (SAv). A Diretora Daniela iniciou a reunião dando as boas-vindas aos presentes e passou a palavra à Secretária Joelma. A Secretária Joelma cumprimentou a todos ressaltou que o Conselho Superior do Cinema passou a contar a partir daquela reunião com a presença do Tribunal de Contas da União atuando como parceiro ouvinte, na ocasião representado pela Auditora Laura Cavalcante. Em seguida passou a palavra à Ministra de Estado da Cultura, Margareth Menezes. A Ministra informou o prazer em participar da reunião. Ressaltou o movimento de reestruturação do CSC, a busca da equidade de gênero nos mais diversos elos da cadeia produtiva do audiovisual brasileiro. Reafirmou o compromisso do Ministério da Cultura com as políticas de democratização do audiovisual. Citou a importância da indústria e do audiovisual brasileiro. Cumprimentou o Diretor-Presidente da ANCINE, Alex Braga, e parabenizou a Secretaria do Audiovisual e o Ministério das Relações Exteriores pela atuação internacional. Após encerrar a sua fala a Diretora Daniela sugeriu inverter dois itens da pauta. A proposta foi aprovada por todos os conselheiros. Assim teve início a apresentação da ANCINE. O Diretor-Presidente da ANCINE, Alex Braga, após saudar todos os presentes, fez uma contextualização sobre a distribuição da CONDECINE desde a criação do Conselho Superior do Cinema. Informou que nos últimos vinte anos de atuação junto à ANCINE não tinha registro dessa competência sendo exercida pelo Conselho Superior do Cinema. Esclarecendo que anteriormente quando ainda não havia sido criado o Fundo Setorial do Audiovisual, a CONDECINE arrecadada podia ser destinada ao custeio de atividades da ANCINE, a atividades de fomento ao cinema e ao audiovisual desenvolvidas pelo Ministério da Cultura e ao Programa de Apoio e Desenvolvimento do Cinema Nacional - PRODECINE. O PRODECINE consistia em um programa para financiar a produção, distribuição e exibição de obras. Então o Conselho Superior do Cinema dividia os valores da CONDECINE primeiro entre despesas administrativas e despesas finalísticas, isto é, o que seria investido para custeio das estruturas de gestão e de governança do audiovisual e o que seria investido em atividades do audiovisual propriamente ditas. Em uma segunda etapa, a distribuição de recursos à ANCINE e Secretaria do Audiovisual. Prosseguiu citando a Lei 11.437/2006, a criação do Fundo Setorial do Audiovisual e do Comitê Gestor desse fundo. Afirmou que na reunião havia o desafio de harmonizar as competências a fim de evitar sobreposição e conflitos de competências entre os órgãos, ao invés, que fosse uma soma de forças. Agradeceu à Ministra Margareth pessoalmente pela confiança depositada na Diretoria da ANCINE. Informou que o Comitê gestor está em vias de fazer sua primeira reunião com a nova composição. Os relatórios anuais e novas informações sobre a execução financeira e orçamentárias serão apresentadas na ocasião e que tão logo tais informações sejam aprovadas pelo CGFA serão apresentadas ao CSC. Realizou apresentação sobre o orçamento de 2024 e a projeção de recursos, mas alertou que não se pode ver o montante total como a disponibilidade de recursos financeiros, eles virão no decorrer do exercício financeiro. Informou também que para além dos recursos previstos na Lei Orçamentária de 2024 há outros recursos financeiros advindos de orçamentos anteriores que estão sendo executados. Após, foi aberto o espaço para discussão. A Ministra teve que se ausentar da reunião em virtude de compromisso relacionado à pauta indígena. A Conselheira Mariza Leão informou que também teria que se ausentar da reunião, mas que acreditava que a distribuição da CONDECINE

demandaria uma reunião específica e a necessidade de divulgação de dados complementares sobre os recursos para poder analisar o que já foi realizado. O Conselheiro Gabriel Pires citou a MP Nº 2.228/2001 e as atribuições previstas para o CSC. Solicitou esclarecimentos sobre os números e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para discutir diretrizes e metas emergenciais para alocação dos valores existentes, tendo em vista que ainda não foi aprovado o próximo PDM. Em resposta aos questionamentos levantados o Diretor-Presidente da ANCINE, Alex Braga, informou sobre a possibilidade de o CSC definir uma diretriz ao CGFSA sobre a divisão de valores entre cinema, TV e infraestrutura. Informou ainda que na primeira reunião do Comitê será aprovado o Relatório de Gestão referente ao ano de 2023, o que poderá auxiliar a planejar a execução futura dos recursos. Acrescentou que dividir os recursos em valores iguais para cinema e TV não significa necessariamente que a política pública conferirá tratamento igual ao cinema e TV, pois há um conjunto de recursos disponíveis muito maior do que o que consta no orçamento a ser decidido pelo comitê gestor. A Conselheira Debora Ivanov informou que deveria ser pautada um reunião para tratar do FSA, mas com dados e tendo como base o Relatório de Gestão para que seja possível a avaliação de resultados e para que se tenha um diagnóstico mais apurado de onde foram os investimentos e quais resultados obtidos. O Conselheiro Alfredo Manevy reafirmou a necessidade de um plano de trabalho contendo as pautas e a previsão de um calendário de reuniões. Reforçou a necessidade de se definir uma meta de tempo para que se estabeleçam as diretrizes e metas. Convidou os membros do Conselho a se manifestarem sobre o tema do Vídeo sob Demanda e sobre os projetos de lei que estão em tramitação nas Casas do Congresso Nacional. Afirmou entendimento no sentido de que o CSC deve se posicionar por meio da emissão de uma Nota ou posicionamento tendo em vista a “ameaça ao arcabouço institucional do audiovisual brasileiro”. Informou sobre a possibilidade de alteração de recursos no orçamento de 2024, mas acrescentou que seria um processo difícil e que não depende apenas da ANCINE e do MinC. Reforçou a importância da inclusão dos recursos não reembolsáveis e disse que seria importante realizar um esforço político junto ao Congresso Nacional visando a alteração do LOA. Parabenizou o esforço de transparência e a apresentação de informações gerais dos recursos disponíveis para que o CSC possa fazer a discussão de diretrizes e metas. A Diretora da SAV, Daniela Fernandes, informou que a colocação sobre a agenda de trabalho já havia sido apresentada pelo Conselheiro Alfredo e que estava sendo considerada. Era necessário primeiramente ser aprovado o Regimento Interno do CSC, que já foi aprovado e está tramitando na Consultoria Jurídica do MinC. Acrescentou que a agenda de trabalho está em construção e será apresentada ao Conselho para contribuições e aprovação. Afirmou que não será possível a criação de uma agenda muito extensa de temas, porque muitos dos temas que serão tratados exigem discussões aprofundadas, como por exemplo, o Plano de Diretrizes e Metas e as destinações do FSA para o ano de 2025 que deverão ser definidas até o mês de agosto, que é quando os Ministérios consolidam as propostas. Sobre a alteração da LOA vigente, ponderou sobre a dificuldade e os prazos. Informou que a SAV recebeu uma proposta de moção e que seria enviada a todos os conselheiros e possivelmente discutida ainda na reunião. O Diretor-Presidente, Alex Braga, explicou sobre a lógica orçamentária e informou que serão agendadas duas reuniões para tratar do CGFSA. A Conselheira Vânia Lima apresentou dúvidas sobre os números e informou que a discussão precisa ser embasada em números da série histórica de aplicação dos recursos. Sugeriu que seja seguida uma sequência: primeiro ocorra a reunião do CGFSA e aprovação do relatório, depois esse relatório seja

apresentado ao CSC para servir de subsídio. O Conselheiro Leo Edde concordou com a Sra. Vânia e informou acreditar que este seja o momento para construir o planejamento estratégico do desenvolvimento a indústria do audiovisual. Propôs a realização de uma reunião conjunta com o CGFSA que possa trazer o histórico do fundo setorial e demais dados que possam auxiliar nas definições. Sugeriu, ainda, a criação de um grupo de trabalho para a formulação do PDM que será o instrumento norteador da distribuição dos recursos do FSA. Propôs que o CSC apoiasse o PLP 259/2023 do Dep. André Figueiredo que trata do não contingenciamento do FSA. O Conselheiro Jack Silva manifestou preocupação sobre a questão da exibição e os pequenos exibidores brasileiros que estão enfrentando uma crise sem precedentes. Citou a Lei Paulo Gustavo e seu caráter emergencial que em alguns estados não tem sido cumprido. Citou que os exibidores têm acumulado prejuízos. Solicitou apoio ao pequeno exibidor brasileiro, e finalizou sua fala afirmando que não há como se falar em ampliação do parque exibidor brasileiro sem falar em manutenção do que já existe. O Conselheiro Gabriel Pires levantou a possibilidade de se ter uma reunião antes de agosto para tratar da próxima PLOA e solicitou esclarecimentos sobre as reuniões do CGFSA, o que foi respondido pelo Sr. Alex Braga. A Conselheira Rosana Alcântara afirmou que era preciso ter primeiro a série histórica de dados e tendências para que o CSC possa opinar de forma qualificada. A Conselheira Tatiana Carvalho reforçou a necessidade dos dados para embasar a discussão que traga contribuições efetivas para possibilitar uma distribuição de recursos qualitativa já que em termos de quantitativo a distribuição para 2024 já foi feita. Reforçou a necessidade de que a política pública atenda à diversidade nas cadeias do audiovisual. O Diretor-Presidente Alex Braga informou que até o momento foi praticada uma política de sobrevivência e defensiva, muito fragmentada, mas com vistas à preservação do audiovisual brasileiro. Embora alguns editais sejam centralizadores há a busca pela diversidade e inclusão. A fragmentação não é intencional e por isso é preciso elaborar um Plano de Diretrizes e Metas que dê conta dessas ações. Lembrou que a ANCINE não formula política pública e reforçou a importância do CSC inclusive na supervisão daquela Agência. A Diretora Daniela informou que devido ao aprofundamento do debate seria dada a continuidade às contribuições e falas dos conselheiros, mas que, no entanto, havia outros temas previstos para discussão: criação de grupos de trabalho, apresentação sobre os principais pontos relativos ao audiovisual no contexto da CNC e duas moções encaminhadas por conselheiros. E por isso, seria necessário ajustar a distribuição do tempo da reunião. Direto da ANCINE, Paulo Alcoforado propôs o planejamento, de um calendário bianual de investimento o que possibilitaria ao mercado se organizar e se preparar da melhor forma. E permitia à administração pública pensar em perspectiva na construção do orçamento do próximo ano. A Diretora Daniela convidou todos a refletirem sobre o que estava sendo tratado. Citou o artigo 3º e o artigo 47 da MP Nº 2.228/2001 para que se tenha clareza sobre as competências do CSC e para que as expectativas não fossem ampliadas inadequadamente. O Conselheiro Gustavo Steinberg sugeriu que o formato de condução dos assuntos fosse mais conciso e mais objetivo do que vem sendo. Afirmou que esperava mais deliberações sobre os assuntos importantes, disse entender que o compartilhamento de informações é importante, mas que pouco tem sido decidido. Reforçou que está representando a indústria de games, mas que não possui espaço para abordar o tema. A Diretora Daniela sugeriu que, diante do tempo escasso e do prolongamento das discussões, a moção sobre as Câmaras Técnicas da ANCINE fosse enviada por e-mail para deliberação em reunião futura. Sobre a

moção que trata do VOD, sugeriu aos conselheiros que fosse analisada durante a reunião e então abriu para deliberação. O Conselheiro Rodolfo Salema se manifestou solicitando que o texto fosse compartilhado para análise e depois fosse marcada uma nova reunião para votação. O Conselheiro Gabriel Amaral retomou a pauta dos grupos de trabalho e, ao discordar do Conselheiro Rodolfo Salema, apoiou a sugestão de dar andamento na deliberação moção sobre VOD na reunião. Diante das opiniões divergentes sobre a deliberação naquela ocasião, a Secretária Joelma propôs a pactuação de um prazo para a análise da moção por todos os conselheiros, foram esclarecidos os dispositivos relativos à tramitação de moções. Foi aprovada a proposta da realização de uma nova reunião no dia 02 de maio para deliberar exclusivamente sobre a moção que trata de VOD. Por fim, informou que as demais pautas que estavam previstas para discussão na reunião: formação de grupos de trabalho, a participação CNC e a moção sobre as Câmaras Técnicas da ANCINE seriam tratadas em reunião futura com data a definir, possivelmente seria enviada também uma proposta de agenda. A Secretária agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião.

### 3. Ações a Realizar

Ações
<ul style="list-style-type: none"><li>- A Secretaria do Audiovisual enviará as moções para conhecimento.</li><li>- Ficou agendada reunião extraordinária para o dia 02 para tratar exclusivamente da Moção sobre VOD.</li><li>- As pautas que não puderam ser tratadas durante a reunião serão tratadas futuramente.</li><li>- A SAV apresentará proposta de planejamento de assuntos estratégicos e agenda de trabalho ao CSC.</li></ul>

Margareth Menezes  
**Ministra de Estado da Cultura**  
**Presidente do Conselho Superior do Cinema**

Joelma Gonzaga  
Suplente  
**Secretária do Audiovisual**

Guilherme Macedo  
Suplente  
**Casa Civil**

Tawfic Awwad  
Suplente  
**Ministério das Comunicações**

Jackson Raymundo  
**Ministério da Educação**

Heber Trigueiro  
**Ministério da Fazenda**

Debora Regina Ivanov  
Titular

Mariza Leão Salles de Rezende  
Suplente

Clemilson de Almeida Farias  
Titular

Gabriel Amaral Pires  
Suplente

Rodolfo Fernandes de Souza Salema  
Titular

Mauro Alves Garcia  
Suplente

Márcio Alcaro Fraccaroli  
Titular

Cícero Araújo Aragon dos Santos  
Suplente

Marcos Rocha Magalhães Barros  
Titular

Jack Jonathan de Melo Silva  
Suplente

Rosana dos Santos Alcântara  
Titular

Paula Alessandra De Oliveira Gomes  
Suplente

Aleteia Patrícia de Almeida Selonk  
Titular

Luiza da Luz Lins  
Suplente

**Representantes da Indústria Cinematográfica Nacional**

Tatiana Alves de Carvalho Costa  
Titular

Jaqueline Maria de Souza  
Suplente

Vânia Smith Lima  
Titular

Jussara Locatelli  
Suplente

Leonardo Jasmin Edde  
Titular

Gustavo Soares Steinberg  
Suplente

Cíntia Domit Bittar  
Titular

Fernando Alberto Coelho de Magalhães  
Titular

Alfredo Manevy  
Suplente

**Representantes da Sociedade Civil**



Documento assinado eletronicamente por **Margareth Menezes da Purificação, Ministra de Estado da Cultura**, em 01/07/2024, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual**, em 02/07/2024, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JACK JONATHAN DE MELO SILVA, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jacson Raymundo, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Alcaro Fraccaroli, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Jussara Locatelli, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **RANULFO ALFREDO MANEVY PEREIRA MENDES, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Jasmin Edde, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Luiza da Luz Lins, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.





Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Domit Bittar, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Vânia Alves Smith Lima, Usuário Externo**, em 03/07/2024, às 22:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Paula Alessandra de Oliveira Gomes, Usuário Externo**, em 04/07/2024, às 06:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Alves de Carvalho Costa, Usuário Externo**, em 04/07/2024, às 23:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Alves Garcia, Usuário Externo**, em 05/07/2024, às 10:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Amaral Pires, Usuário Externo**, em 05/07/2024, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Barros, Usuário Externo**, em 07/07/2024, às 08:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Matoso Macedo, Usuário Externo**, em 08/07/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Rosana dos Santos Alcântara, Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **Debora Ivanov, Usuário Externo**, em 13/08/2024, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



Documento assinado eletronicamente por **CLEMILSON DE ALMEIDA FARIAS, Usuário Externo**, em 14/08/2024, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1751974** e o código CRC **B3C6995B**.

---